

## **RESUMO**

O artigo trata da crise do modo de regulação fordista e das alternativas que surgem a partir desta crise. O marco analítico é a Teoria da Regulação, apresentada através da exposição de suas categorias analíticas. A crise do fordismo, a partir dos anos setenta, é explicada pelo esgotamento das suas formas institucionais, de sua relação salarial, seus princípios técnicos, da modalidade reguladora do Estado e incapacidade da regulação nacional autocentrada. Essa crise leva a busca de um novo modo de organização da produção: *neo-taylorismo*, o *toyotismo* e a via *kalmariana*.

### Introdução

A escola da regulação é um programa de investigação que surgiu no final dos anos setenta, com o objetivo central de renovar o pensamento crítico nas ciências econômicas. Sua elaboração parte tanto da reflexão sobre as três décadas de crescimento acelerado no período pós-guerra, como de estudos sobre a profundidade e originalidade com que a crise dos anos setenta afetou quase todos os países industrializados. Para atingir seu objetivo, busca formular novas categorias capazes de traduzir as características originais da crise e argumentos baseados em construções teóricas que permitissem compreendê-la dentro da própria dinâmica da reprodução capitalista.

No transcurso destes anos, numerosos economistas franceses, em distintos espaços universitários, publicaram uma série de estudos sobre diversos aspectos da crise econômica mundial, num intento de encontrar os pontos comuns e as diferenças com as outras crises passadas. Para um dos teóricos regulacionistas, este programa de investigação inicia sua construção enfrentando um desafio particular: “tentar explicar a passagem do crescimento à crise, e, sobretudo, tentar fazê-lo sem recorrer ao deus *ex machina*: os choques externos. Explicar a passagem de maneira endógena, a partir das mesmas categorias de base, seguindo o curso de suas metamorfoses; este era, fundamentalmente, o território de nascimento e afirmação da teoria da regulação” (Coriat: 1994:104). Ao estudar a dinâmica contraditória da transformação e da permanência do modo de produção capitalista, os regulacionistas centralizam suas análises nos anos de crescimento acelerado do pós-guerra e diagnosticam a originalidade da crise estrutural que surgiu nos anos setenta.

Refletindo essa conjuntura e disperso em sua heterogeneidade interna, o enfoque regulacionista da economia assumiu uma característica, que é a de analisar a crise desde o ponto de vista o qual oferece a regulação interna do sistema capitalista, recusando tanto os postulados do equilíbrio econômico dos neoclássicos como a perspectiva marxista da tendência decrescente da taxa de lucro que leva à “crise geral do capitalismo”.

Por suas posições iniciais os regulacionistas entram em polêmica com as correntes contemporâneas do pensamento econômico: “a direita contra a economia neoclássica e a esquerda contra o que eles consideram ‘ortodoxia marxista’” (Albarracín, 1994:276). É importante assinalar que o clima intelectual na França desta

época estava fortemente marcado pela presença de uma grande diversidade de versões marxistas e estruturalistas nas ciências sociais, de onde procedem a totalidade dos autores regulacionistas.

### **A construção regulacionista.**

A principal referência da teoria da regulação é a oposição ao paradigma neoclássico e uma reflexão sobre a teoria econômica marxista e suas dificuldades para compreender os novos dados apresentados nos anos setenta, propondo a construção de uma teoria geral do funcionamento da economia capitalista, pensada como uma alternativa à teoria do equilíbrio geral, que parte do desenvolvimento dos conceitos da economia política.

O ponto de partida teórico é o trabalho de Michel Aglietta “*Regulação e crise do capitalismo. A experiência dos EUA*”. Fundamentalmente um estudo que analisa as características da dinâmica econômica e social, a longo prazo, da economia norte-americana, combinando o enfoque histórico e a análise econômica, procura compreender simultaneamente os traços estruturais básicos de cada período histórico daquela formação social, destacando o processo de produção de massas que se transforma em consumo de massas, através da institucionalização de mecanismos regulacionistas que vinculam o movimento de salários e as normas de consumo ao de produtividade.

As teses regulacionistas adotam, igualmente que a concepção dialética marxista, uma perspectiva ampla ao incorporar aspectos históricos, sociológicos e políticos à explicação econômica. O modo de produção capitalista é compreendido como uma composição de estruturas que fazem, historicamente, sua reprodução. A dinâmica das relações sociais, que estão sempre se modificando e atualizando-se é a base desse sistema. Para os regulacionistas, durante o processo de reprodução do sistema capitalista, ocorrem lentas transformações qualitativas nas relações sociais, o que leva a uma modificação das leis de funcionamento dos distintos sistemas econômicos.

A dinâmica das relações que compõem a formação social supõe a transformação contínua das relações constitutivas do sistema, segundo sua lógica interna. O conceito chave, a **regulação**, é definido como “o processo dinâmico de adaptação da produção e da demanda social resultante da conjunção de ajustes econômicos, associados a uma configuração dada das formas institucionais” (Boyer, 1986:29). Deste modo é possível estudar a dinâmica contraditória da transformação e da permanência do modo de produção capitalista.

O conceito de *regulação* pode ser compreendido como um processo, no qual

as relações sociais criam as **formas estruturais** ou instituições sociais, que se entrecruzam para produzir, transitoriamente, um conjunto de regularidades: os **regimes de acumulação** e os **modos de regulação** que, juntos, conformam o **modelo de desenvolvimento**.

O conceito de *regulação* contém, em sua definição, um conjunto de idéias que constitui uma explicação alternativa do sistema capitalista. Para os regulacionistas, o sistema capitalista funciona pela combinação de ajustes econômicos específicos que se derivam, em cada mercado, das instituições ou estruturas específicas que têm uma relativa autonomia. Este modelo entra em contradição com a concepção neoclássica dos mecanismos globais, tais como o jogo da oferta e procura.

Para os regulacionistas, estes ajustes atuam numa dimensão nacional, obedecendo à situação histórica concreta de cada país ou região, permitindo isolar a regulação dominante em cada sociedade, ao tempo em que diferencia distintos tipos de elementos de regulação. Os distintos tipos de regulação são capazes de assegurar uma evolução relativamente estável do sistema e manter as estruturas e as formas institucionais. À diferença da concepção neoclássica, essa “estabilidade” é relativa, isto é, está marcada de forma permanente pela combinação de uma dinâmica interna da regulação e outra externa. Esta é produto da alteração da mesma regulação no seu movimento histórico. Essa combinação de dinâmicas cria a possibilidade das crises.

No longo período dos processos de acumulação há dois tipos de situações. Na primeira, a economia observa uma coerência entre as formas institucionais e a conjunção do regime de acumulação e do modo de regulação. Neste caso, a dinâmica econômica se combina com o conjunto das formas institucionais existentes, sem necessidade de recorrer a reformas ou transformações. Na segunda, a evolução desfavorável gera os desequilíbrios e desestabiliza o sistema institucional anterior; o modo de regulação corrói as bases sobre as quais opera. É o quadro da crise.

Para os regulacionistas há, basicamente, dois tipos de crise, definidos em função de sua profundidade e do tipo de elementos afetados. A *pequena crise*, ou *crise cíclica*, criada pela desaceleração das atividades econômicas, como expressão dos mecanismos de correção da própria regulação, reabsorvendo os desequilíbrios acumulados em determinados períodos e a *grande crise*, ou *crise estrutural*, que surge quando a dinâmica própria do sistema entra em contradição com o conjunto das *formas estruturais* que constituem a base do *regime de acumulação* e de *regulação*. Neste caso é que expressa o esgotamento da forma anterior de regulação e o momento de passar a outro tipo de regulação, que será a base de um novo período de estabilidade.

O objetivo da abordagem regulacionista na economia, ao analisar os períodos de estabilidade dinâmica e as crises, é a identificação de formas institucionais ou estruturais que orientam e canalizam o processo de acumulação e que governam a transformação do sistema.

Para estudar a reprodução do sistema, dominado pela lógica de mercado e pelas relações de produção capitalistas, o enfoque regulacionista herda da economia política marxista vários conceitos-chaves. O significado de cada uma dessas categorias permite aproximarmo-nos da forma de análise regulacionista. As duas primeiras categorias, *modo de produção* e *formação econômico-social*, são assim definidas: a primeira como aquela que “designa toda forma específica de relações de produção e de intercâmbio, isto é, das relações sociais que regem a produção e a reprodução das condições materiais necessárias para a vida dos homens em sociedade”, e a segunda, *formação econômico-social*, como “um sistema complexo e uma articulação de modos de produção, o que define seja a estrutura em seu conjunto de uma sociedade determinada seja sua estrutura econômica” (Boyer, 1992a:49). A estrutura social estudada é a resultante da articulação entre os vários modos de produção, e seu objeto de estudo é definido pelas formações sociais, nas quais o modo de produção capitalista é dominante.

Alain Lipietz avança na delimitação de seu objeto de estudo, o capitalismo do pós-guerra, que é caracterizado como uma formação social que tem “uma estrutura complexa de relações sociais, unificadas no nível das instâncias econômicas, político-jurídicas, e ideológicas. Este regime se apresenta como uma articulação de combinações-tipos de relações, entrelaçadas no âmbito dessas três instâncias, combinações que chamamos modos de produção (capitalismo, pequena produção de mercado, produção doméstica, feudalismo...)” (Lipietz, 1979:21). O modo de produção capitalista, o objeto de estudo dos regulacionistas, é uma combinação de duas relações fundamentais: a relação mercantil e a relação salarial, está integrada na formação social do pós-guerra.

### **Os conceitos regulacionistas.**

Para sua contribuição original, particular à compreensão do sistema capitalista, os regulacionistas construíram um conjunto hierarquizado de novos conceitos – **regime de acumulação, modos de regulação, modelo técnico de industrialização, relação salarial, modelo de desenvolvimento e formas institucionais da estrutura** – que são os elementos centrais de sua formulação teórica, correspondentes aos

conceitos intermediários que permitem operar a passagem entre o nível mais abstrato, relativo à definição das categorias gerais (valor, mercadoria, modo de produção, relações de produção, etc..) e as evoluções específicas de uma formação social historicamente determinada.

Estes novos conceitos permitem compreender a estabilidade de uma determinada formação econômico-social através da articulação entre um **regime de acumulação** (uma estrutura macroeconômica), um **modelo técnico de industrialização** (paradigma tecnológico, isto é, os princípios gerais de organização do trabalho e de uso das técnicas), uma **relação salarial** (conjunto de condições que regem o uso e a reprodução da força de trabalho) e um **modo de regulação** (um conjunto de normas implícitas e de regras institucionais). Estes conceitos desenham, na estrutura social, um **modelo de desenvolvimento** (combinação de um sistema hegemônico e a base de sua reprodução a longo prazo).

A estabilidade de uma determinada formação social é construída por um conjunto de regularidades parciais, as **formas institucionais da estrutura**. Estas formas são uma combinação do jurídico e do social, nas relações sociais complexas, que criam as instituições, regras e convenções nas quais se inserem as ações coletivas e individuais. A perda de correspondência entre o modo de regulação e o regime de acumulação (refletida pelas *formas institucionais da estrutura*) abre as portas à crise no modelo de desenvolvimento.

### **Social Structure of Accumulation/SSA.**

Com esta breve exposição das categorias explicativas do enfoque da regulação, chamaríamos a atenção para a semelhança entre este enfoque e a escola da economia política radical norte-americana, particularmente a da teoria da *Social Structure of Accumulation*. A importância deste ponto reside na semelhança entre os dois enfoques.

A estrutura social da acumulação é definida como o ambiente institucional específico no interior do qual se organiza o processo de acumulação capitalista. A SSA é a conjunção de diversas estruturas históricas particulares: o sistema de crédito e monetário, o tipo de implicação do Estado na economia, a natureza dos conflitos de classe, etc. A análise das estruturas sociais de acumulação está estreitamente relacionada com o estudo das ondas largas da atividade econômica e, portanto, com as sucessivas “fases ou etapas de acumulação” do desenvolvimento capitalista. Os modelos das sucessivas estruturas sociais de acumulação se parecem, e não por casualidade, aos modelos de sucessivos modos de produção de Marx; em ambos casos o que motiva a mudança são as crescentes contradições internas (Bowles et al.1989).

No enfoque da SSA, o modo de produção capitalista conheceu três etapas distintas articuladas em três estruturas sociais de acumulação diferentes: o capitalismo competitivo (1840-1890), o capitalismo monopolista (1890-1940) e o capitalismo contemporâneo.

Para os teóricos do enfoque da SSA, no capitalismo contemporâneo os assalariados e seus sindicatos tiveram suficiente força para obrigar os empresários a reconhecê-los e negociar com eles, estabelecendo o que tem sido chamado *pacto social do pós-guerra* ou *sistema fordista*, cuja principal característica tem sido a de que os salários reais deviam crescer ao mesmo ritmo que a produtividade do trabalho. O pacto social tem permitido a rápida introdução de mudanças técnicas, assim como o desenvolvimento exaustivo dos métodos de produção em série, ao tempo que garante que os trabalhadores tenham o poder aquisitivo suficiente para adquirir os bens produzidos.

Nessa estrutura social de acumulação, desenvolve-se a “produção de massas” (ou série) e o “consumo de massas”. A partir do pós-guerra “o Estado tem desempenhado um papel fundamental na economia. Entre outras coisas, tem tentado regular o nível global de desemprego e de renda através dos impostos e transferências dando lugar ao que se denominado ‘Estado de Bem Estar’” (Bowles e Edwards, 1990:40). Como se pode observar, ainda que tenham se desenvolvido em espaços distintos, a semelhança entre a teoria da regulação e o enfoque da SSA é evidente (Coban, 1995).

### **A crise do fordismo.**

O enfoque regulacionista faz uma releitura da história do capitalismo baseando-se em quatro épocas distintas, resultado da originalidade dos modos de desenvolvimento. Durante a maior parte do século XIX até à Primeira Guerra, desenvolve-se o período do capitalismo concorrencial com acumulação predominantemente extensiva que, em sua fase final, conhece a entrada em cena do taylorismo; passando pela crise dos anos trinta, quando o taylorismo chega a sua maioria desenvolvendo o processo de acumulação intensiva mas sem consumo de massas; o período do pós-guerra, caracterizado por uma evolução quase sincrônica das normas de produção e consumo, é a época da hegemonia do fordismo, que chega aos anos setenta e, por último, o período da crise do fordismo.

A explicação da crise do fordismo parte do esgotamento progressivo das formas estruturais e institucionais como a relação salarial fordista que permitia a articulação entre a dinâmica do sistema produtivo e a evolução da demanda global, entre a separação, por um lado, do salário e dos lucros, e por outro, a divisão entre consumo e investimento. Estruturações que haviam sustentado o desenvolvimento do regime de acumulação intensivo desde o pós-guerra. É uma crise do modo de regulação monopolista e seus princípios técnicos, sociais e econômicos de organização. O primeiro choque do petróleo de 1973 apenas revelou os sintomas de uma crise que vinha germinando desde a segunda metade da década anterior.

A crise que surge desde os anos setenta, em termos regulacionistas, não é transitória ou conjuntural, não se trata de um desequilíbrio parcial e pontual nos mecanismos da regulação. É a crise do regime de acumulação que impede a reprodução dinâmica no seu conjunto. É uma ‘grande crise’ que demonstra uma inadequação global entre o regime de acumulação e modo de regulação, o que gera a crise de final de um modelo de desenvolvimento dominante desde o pós-guerra.

A crise do modo de regulação fordista, que vem desde os anos setenta, tem características próprias que a diferencia da crise geral dos anos trinta: esgotamento da relação fordista, do modelo técnico, da modalidade reguladora do Estado e incapacidade da regulação nacional autocentrada numa economia mundial cada vez mais integrada.

A crise dos anos setenta e suas origens é explicada, em primeiro lugar, por uma crise do modelo de organização do trabalho, o que havia aumentado as manifestações da luta de classes na produção. Contrária as condições de trabalho próprias do parcelamento das tarefas e a intensificação do trabalho, essas manifestações assentam os limites da elevação das taxas de mais-valia correspondentes às relações de produção organizadas nesse modelo de organização do trabalho.

Para Aglietta, o esgotamento do modelo de organização do trabalho “é a raiz da crise. Traduz-se no fim da diminuição do custo salarial real, na explosão de conflitos esporádicos e na subversão endêmica da disciplina de trabalho característica do fordismo. No entanto, é evidente que a crise alcança o conjunto das relações de produção e intercâmbio e perturba o regime de acumulação intensiva”(Aglietta, 1993:139). O começo da crise revela-se quando os métodos fordistas e os princípios tayloristas perdem sua eficácia, demonstrando suas limitações sociais e passam a ser improdutivos.

O esgotamento da relação salarial ocorre porque a produtividade do trabalho cresce ao mesmo ritmo dos custos laborais e dos incrementos da composição técnica



do capital, implicando taxas de lucro abaixo das expectativas que os empresários esperam obter. O aumento dos preços, como uma forma de recompor os lucros, provoca uma aceleração da inflação, expondo assim a natureza inflacionária da crise, demonstrando o caráter monopolista do modelo de regulação em vigor. A inflação determina uma baixa dos salários reais. É o aumento dos preços, como resposta à baixa das taxas de lucro que gera a aceleração da inflação e uma baixa nos salários reais. A baixa nas rendas dos assalariados gera uma contração da demanda massiva por automóveis, novas casas e aparelhos eletrodomésticos, a base do consumo de massas. Daí resulta um descenso da rentabilidade que diminui a capacidade de investimento, gerando cada vez menos empregos.

O modelo técnico fordista também começa a enfrentar dificuldades para reagir com velocidade ante as novas evoluções que criam demandas cada vez mais incertas, caracterizadas por amplas diferenciações. O modelo técnico que impulsionou a mecanização e a estandarização apresentou um alto grau de rigidez, de dificuldades e custos de adaptação frente ao novo movimento de diferenciação dos produtos, principalmente pela qualidade, conjugando incertezas quantitativas e qualitativas. Os avanços nas tecnologias da automotização e da informação tornam rentáveis e eficazes as empresas de pequeno e médio porte, tornando viável a produção flexível, que atende à demanda por produtos diferenciados. A rápida renovação dos produtos tem uma correspondência na rápida obsolescência vigente no período fordista.

A crise se reflete no esgotamento de uma modalidade reguladora de Estado que, ao assumir os custos crescentes necessários para a manutenção do Estado de Bem-estar, está obrigado a uma expansão de seus gastos, sem obter as receitas correspondentes. Isto provoca um déficit que é financiado pela dívida pública, o que acentua as tensões inflacionistas e motiva a crise de financiamento do Estado de Bem-Estar, freando assim sua capacidade de proporcionar de modo geral, serviços básicos e prestações sociais generalizadas, um dos pilares do período fordista.

A disfunção entre a moderna organização do trabalho, que possibilitava o desenvolvimento da produtividade com o aumento da produção, e a relação salarial responsável das normas restritivas do consumo de massas, permitiu a eclosão da ‘grande crise’ dos anos trinta. Esta, por suas características, é chamada ‘a crise de superacumulação ou de insuficiência de demanda’.

Mas a recessão moderna não tem um caráter cumulativo como a dos anos trinta. Nestas circunstâncias, “a manutenção por parte dos governos de políticas não particularmente restritivas no que se refere a gastos do Estado, expansão creditícia e distribuição de benefícios sociais tornou possível interromper a recessão e impedir

que a caída inicial do investimento e dos estoques derivaram numa ruptura global da acumulação” (Hausmann e Ominami, 1985:442). As formas institucionais da regulação monopolista diminuem os efeitos perversos da espiral depressiva. As políticas públicas anti-cíclicas sustentam o nível dos rendimentos salariais, apesar do aumento do número de desempregados, reduzindo os desequilíbrios entre a dinâmica da acumulação e a dinâmica da demanda social, evitando a repetição de 1929. Os mecanismos financeiros baseados na moeda de crédito permitem uma sobrevivência das empresas, os quais evitam o desmoronamento da produção no estilo dos anos trinta, mas que mantêm a economia numa forma de estagnação, convivendo com taxas altas de inflação.

A crise do modo de regulação do pós-guerra representa o esgotamento de uma determinada opção pelo crescimento dos mercados nacionais, e por isso é explicada pela incapacidade das regulações nacionais autocentradas em estabelecer formas de regulação no novo contexto de predomínio das empresas transnacionais e da concorrência intercapitalista entre os três pólos mais dinâmicos – EUA, União Européia e Japão – a partir dos anos setenta; e a entrada dos NIC’s nesta competição, a partir dos anos oitenta, agudizando mais o quadro.

Para Gestanne de Bernis (1981), o processo de transnacionalização atravessa o sistema produtivo nacional, que está baseado no espaço do Estado-nação, desestabiliza e destrói sua coerência, tirando suas condições de assumir as novas tarefas de regulação no processo de acumulação. A internacionalização dos circuitos produtivos e das correntes de circulação financeiras quebraram a unidade relativa entre espaço econômico e espaço político nacional.

As crises dos anos setenta refletem as características do capitalismo atual. As análises do imperialismo foram uma crítica a uma determinada etapa do capitalismo. As características do capitalismo contemporâneo estão marcadas pelo longo desenvolvimento das forças produtivas que necessitam outro tipo de espaço para situar suas relações sociais, estabelecendo a superação das fronteiras do Estado-nação. O capitalismo na era da globalização já não é o mesmo do período concorrencial, fortemente estabelecido nas cidades das economias industrializadas e liderado pelas pequenas empresas; tampouco é o capitalismo dos monopólios articulados ao nível das nações, o que caracterizava o imperialismo clássico. O capitalismo atual estabelece suas relações sociais a nível mundial, adjudicando setores periféricos da força de trabalho a outras áreas territoriais.

A transformação da produção representa a maior integração econômica sob o domínio das multinacionais que construíram, com suas intervenções, o fenômeno da

globalização. É compreendida como um processo de mundialização dos fenômenos econômico, social e cultural. É um processo que reflete a explosão tecnológica, na informatização, na robotização, na comunicação e nos meios de transportes, além das novas configurações institucionais, como os blocos regionais abertos.

As novas condições estão baseadas na emergência de um sistema tecnológico moderno, resultado dos avanços na tecnologia ligada à microeletrônica, informática e telecomunicações. Nestes avanços, tem uma enorme importância a tecnologia específica da informação. Esta tecnologia afeta os processos produtivos mais que os produtos e abre novas possibilidades para melhorar substancialmente a gestão e organização do processo produtivo, como os novos sistemas e instrumentos de organização industrial, conhecidos como CAD (*computer aided design*) CAM (*computer aided manufacturing*) e CIM (*computer integred manufacturing*). Estas transformações implicam a segmentação maior dos processos produtivos e seu deslocamento na economia mundializada.

A economia nesta etapa foi-se monetarizando com o crescimento do crédito na atividade produtiva. A crise do sistema de Bretton Woods, os reajustes dos tipos de câmbios e a crescente mobilidade do capital à escala internacional incrementaram a instabilidade da economia mundial. O processo de mundialização, favorecido pelas políticas neoliberais desreguladoras, proporcionou uma financeirização crescente das relações econômicas internacionais. Esta financeirização foi tão intensa que já não existe conexão entre os aspectos formais e materiais de tal relação, na medida em que, conectados entre si por meio dos modernos sistemas de informação, os mercados financeiros têm uma atividade febril e autônoma, completamente desligada dos processos produtivos, do comércio de mercadorias e da prestação de serviços. O capitalismo diminui a distância entre as atividades econômicas produtoras de mercadorias e a especulativa, instalada mediante as atividades bursátil, imobiliária, cambial, etc.

A transnacionalização da produção é a tendência mais profunda do capitalismo moderno. A firma transnacional é um fenômeno antigo e existe desde o século passado. Mas a transnacionalização é compreendida como um processo desenvolvido depois da Segunda Guerra, no qual a produção em massa e a busca compulsiva de economia de escala leva à criação dos mercados internacionalizados. Neste processo, o capital tende a ser cada vez mais uma relação social internacional e a firma transnacional é o modo dominante da produção capitalista.

O novo é a internacionalização do capital produtivo já que as unidades de produção perdem pouco a pouco sua nacionalidade. A internacionalização adquire

autonomia e determina o caráter das economias nacionais, quando até então era a situação inversa que prevalecia. Esta mutação estrutural se impõe no interior do aparelho produtivo mundial “quanto ao peso relativo do capital investido no exterior, quanto a sua orientação setorial, quanto à sua capacidade para unificar as técnicas de produção nos ramos que se internacionalizam, quanto a seu destino geográfico, quanto a seu impacto sobre o comércio mundial e quanto a sua estratégia financeira” (De Bernis, 1981:120). O sistema produtivo e o processo de acumulação operam a nível internacional, enquanto os modos de regulação e as políticas econômicas, apesar das limitações internacionais, estão restringidas a seus próprios países.

Nesta mesma linha de investigação, Gestanne de Bernis explica a perda de coerência da regulação nacional por um conjunto de fenômenos: a) unificação internacional das técnicas em cada um dos ramos e destruição dos aparelhos produtivos nacionais; b) internacionalização dos ramos e destruição das condições nos sistemas produtivos nacionais de uma acumulação nacional autônoma; c) transnacionalização do capital e evolução das condições de distribuição da renda numa determinação cada vez mais exterior aos sistemas produtivos nacionais; d) novas contradições quanto aos mercados em função do aumento da produção e a impossibilidade de diminuir os salários para aumentar os lucros.

Estas novas condições da produção explicam as dificuldades do regime de acumulação que supõe a adequação de políticas keynesianas à escala nacional, enquanto a economia, muito mais internacionalizada, demanda outras regras em matéria de coordenação das políticas econômicas. As dificuldades de cooperação internacional em matéria de política orçamentária, de política monetária e cambial dão como resultado a perda de coesão da economia internacional.

A produção, em escala crescente, estimulou a internacionalização dos processos produtivos e dos mercados, o que aumentou a concorrência interregional em sua luta pelas exportações. A regulação do crescimento dos mercados internos mediante a política salarial viu-se afetada pela concorrência dos novos produtos internacionalizados.

Para enfrentar as dificuldades econômicas geradas por este novo quadro, tais como a moderação no crescimento da produtividade, da queda de preços, da relação capital/produto e do preço relativo das matérias primas, os governos dos países avançados propuseram, como primeiro objetivo, o incremento da produtividade e, para isso, “a política orçamentária, a política fiscal, as políticas cambiais e as políticas sociais, convergiam todas neste mesmo imperativo” (Boyer e Petit, 1981:10). Essa estratégia obteve débeis resultados, na medida em que os lucros não se recuperaram, a

inflação acelerava-se e o dólar, amplamente emitido, se desvalorizou rapidamente.

Nesta conjuntura, as medidas keynesianas como o crescimento dos salários reais e um certo relaxamento monetário, gerariam mais inflação e erosão do valor das reservas monetárias, criando uma situação que permite uma mudança mais radical, de corte monetário nas políticas econômicas, sob o signo de redução salarial, diminuição do papel Estado, dificuldades no crédito para que as empresas que sobrevivessem inventassem um novo modelo de desenvolvimento (Leborgne e Lipietz, 1994:337). A partir de 1980, o liberalismo econômico é o programa dos novos governos dos países desenvolvidos, tendo como primeira prioridade o combate à inflação, em vez do desemprego, mediante o compromisso de aumentar a produtividade e redistribuir o capital dos setores em crise para os de crescimento.

Ante a permanência da crise, os países desenvolvidos atuam em várias frentes: primeira, *enfrentando o custo do Estado de bem-estar*, limitado por uma política monetária e orçamentária encaixada nos limites da balança de pagamentos. Esta política se alia a uma nova relação salarial, a qual está submetida às restrições da competitividade, surgindo então as medidas liberais, baseadas em diagnósticos que apontavam a ‘crise de oferta’ pela insuficiência de rentabilidade.

Para sair da crise, os governos dos países industrializados acreditavam que seria suficiente, por um lado, reduzir ou eliminar as prestações sociais que causavam a crise fiscal do Estado e, por outro, restabelecer os benefícios mediante a fórmula de ‘flexibilidade do mercado de trabalho’, traduzida pela eliminação, dentro do possível, da legislação de proteção da mão de obra. Esta normativa legal se manifesta na precarização e na subcontratação da força de trabalho. Esta nova forma de relação capital-trabalho foi estabelecida numa conjuntura de vitórias dos partidos conservadores e fracassos sindicais nos países desenvolvidos, mas sempre contestada por uma esquerda que propõe a divisão do trabalho e um novo modelo de desenvolvimento econômico (Lipietz e Durand, 1995).

Segundo, na *estratégia de prolongamento da divisão internacional fordista* as empresas mais dinâmicas, ante a dificuldade de continuar praticando “economias de escala” em mercados nacionais cada vez mais saturados, buscaram alternativas estratégicas. Afirma-se a tendência à organização transnacional da produção para um mercado mundial que é realizado no âmbito geográfico cada vez maior, que engloba economias industrializadas e regiões em desenvolvimento.

A ampliação do mercado ocorre através da captação de quotas adicionais de demanda em mercados de outras regiões, standardizando a produção, adjudicando setores periféricos de força de trabalho a custos menores, através do deslocamento da

produção de empresas que, para restabelecer os níveis de rentabilidade, criam filiais em países com baixos salários e proteção social débil. Tudo isto acelera a transnacionalização da produção e dos mercados, o que torna cada vez mais problemática a regulação monopolista nacional, ajudando a reforçar nos anos oitenta os chamados Novos Países Industrializados (NIC's), que submetem os países de antiga industrialização a uma forte pressão competitiva.

Terceiro, *a reorganização do processo de trabalho e da regulação salarial*.

Dois fatores centrais contribuem para que ocorra o esgotamento do processo de trabalho no modelo fordista. Por um lado, o trabalho sofre uma rápida e profunda transformação, fruto tanto da crise geral como a introdução multiforme e heterogênea das novas tecnologias informatizadas que modificam as relações de trabalho, as qualificações profissionais, a natureza e a importância de ramos e setores econômicos como, por exemplo, o terciário, etc. Por outro lado, a organização científica desse trabalho (*scientific management*) criou uma complexa estrutura de trabalho, mediante o exarcebamento da divisão e do parcelamento das atividades, exigindo a presença de supervisores, encarregados técnicos e gerentes, aumentando os custos de controle do trabalho operário, transformando os rendimentos de produtividade a nível de oficina em trabalho improdutivo.

A crise do fordismo, com o questionamento da produção em série que exige mercados cada vez maiores e homogêneos, e a articulação simultânea de crescimento entre a produção, salário e emprego, acelerou os fenômenos que incidem sobre a relação salarial, tais como o desemprego, a flexibilização, etc. Esta crise estimula, a partir dos anos oitenta, uma reorganização do processo de trabalho e da regulação salarial, baseando-se na redução dos custos de controle por meio da transformação do espaço de trabalho e de uma participação mais efetiva de instituições sindicais, tentando criar um novo modelo hegemônico, um novo paradigma de industrialização, no qual se pretende uma reorganização das tarefas produtivas mediante a maior implicação dos trabalhadores, individualmente ou em grupos semi-autônomos de qualidade.

A crise do fordismo tem criado essa busca teórica de novas categorias que explicariam a transição a um novo sistema técnico. No debate sobre a substituição da 'produção em massa' do período fordista, os regulacionistas "buscam os fundamentos micro-econômicos de um novo modo de acumulação na análise da organização do trabalho e da firma e nele as novas formas de concorrência", assim surgem os modelos pós-fordistas baseados na 'especialização flexível', nos quais a empresa se desmassifica especializando-se, substituindo as economias de escala, modelo do

fordismo, pelas ‘economias de gama’, reorientando a produção a setores com um elevado valor agregado.

A especialização flexível é um modo de organização da produção que permite as empresas uma adaptação mais rápida às transformações do seu entorno. É uma resposta adaptadora estimulada pela busca de uma maior eficiência, por meio do incremento da produtividade na empresa fora de uma mecânica de quantidades produzidas, da redução dos custos trabalhistas e do aumento da qualidade e da flexibilidade produtiva.

Este novo modo de organização está baseado na mudança do gigantismo da produção massiva e em grandes quantidades para a fabricação em plantas de menor tamanho, que produzem pequenas séries heterogêneas. Isso permite adaptar rapidamente a produção ao ritmo da demanda flutuante, reduzir os estoques, melhorar continuamente a qualidade e incorporar as inovações tecnológicas e organizacionais; mas exige um grau de autonomia e descentralização das decisões que torna necessário novas relações salariais, na medida em que a organização fordista, com sua hierarquia e compartimentos, não responde a esta necessidade.

A especialização flexível, conhecida por sua aplicação nos ‘distritos industriais’ dos países desenvolvidos, está baseada “no trabalho artesanal em redes de firmas independentes, conectadas, especializadas e flexíveis, capazes de reagir rapidamente às mudanças no mercado mundial e de introduzir de maneira eficaz as novas tecnologias. Baseadas nos recursos locais, poupança e conhecimentos, as novas regiões de crescimento emergem mediante o crescimento de firmas inovadoras ou mediante a desintegração das grandes empresas” (Gaignette e Neidu, 1996:195). Isto é o que apontam os estudos de regiões específicas como a Terza (Itália), Silicon Valley (EUA) e Baden-Wurttemberg (Alemanha).

Na busca de um novo modo de organização da produção as vias são múltiplas: *neo-taylorista*, *toyotista* e *kalmariana* (Leborgne e Lipietz, 1991) A primeira delas, a via *neo-taylorista*, é a proposta generalizada nos países mais liberais e está baseada no argumento de que com a diminuição do poder do Estado de Bem-Estar e do poder de compra dos assalariados se poderiam aumentar a rentabilidade dos investimentos e a competitividade de cada país no mercado internacional.

O neo-taylorismo é uma espécie de contrato de trabalho flexível com controle direto e hierarquizado baseado no aumento do compromisso negociado individualmente pelo trabalhador. Esta implicação está condicionada pelas vantagens de carreira e salarial; uma certa forma de organização taylorista do processo de trabalho com salários mais baixos, riscos de perda de trabalho, mas sem as

contrapartidas sociais do período fordista, o que implica a polarização de qualificações, renda, propriedade e do acesso à saúde e educação.

As outras vias baseiam-se num desenvolvimento coletivo negociado. A via *toyotista* está marcada pela participação voluntária dos trabalhadores negociada entre empresa e sindicatos a nível da fábrica e por uma relativa rigidez no contrato salarial, passando pela via dos círculos de qualidade no processo de melhora da produção. O método japonês de produção – chamado de ‘toyotismo’ ou ‘ohnismo’ (de Ohno, o diretor da fábrica Toyota e criador do método *kan ban*) – é estudado como um novo paradigma de modelo de desenvolvimento.

O toyotismo resulta de uma tentativa de aplicação do modelo americano no processo de industrialização japonesa do pós-guerra, que por sua originalidade se distanciou do fordismo americano típico, resultando numa variante nacional deste modelo de desenvolvimento: o fordismo híbrido. As características estariam nas inovações que se relacionam com as plantas industriais, tendo o *robot* como figura emblemática da revolução tecnológica, a divisão funcional do trabalho resultado da desestabilização fundamental e estrutural do sistema de produção em série e as normas que regulam as relações entre empresas.

O toyotismo ou ohnismo tem, por princípio, ao contrário do fordismo, o pensar a produção em pequenos volumes, buscando não a estandardização e a uniformização da produção em grande escala, mas sim a diferenciação, a variedade de produtos e por isso foi “buscar origens e naturezas de lucros de produtividade inéditos, as quais não tinham que ver com os recursos das economias de escala e da estandardização tayloriana e fordiana, pelo lado da produção de pequena escala e da produção simultânea de produtos diferenciados e variados (...) a ‘fábrica mínima’ deverá também ser necessariamente uma ‘fábrica flexível’, capaz de absorver com um efetivo reduzido as flutuações quantitativas ou qualitativas da demanda” (Coriat, 1993b:22). O toyotismo inverte uma das características do fordismo. Se neste as máquinas definem o ritmo de trabalho controlando os indivíduos, naquele os operadores controlam e administram os sistemas de máquinas, principalmente as mais automatizadas e suscetíveis de problemas, para assim atender à nova demanda.

A via kalmariana (de Kalmar, cidade sueca onde está situada a fábrica de automóveis Volvo) é a experiência que aproveita a nova situação na qual o “esgotamento do modelo keynesiano fordista de acumulação e do processo de trabalho taylorista e/ou fordista tornam progressivamente ineficazes as velhas estruturas e formas de ação sindicais, que se havia constituído depois da grande crise dos anos trinta” (Neffa, 1993:74). O novo modelo centra as negociações coletivas na



participação sindical a nível setorial para administrar os compromissos entre capital e trabalho, com a incorporação das novas tecnologias, em troca de um controle sobre as condições de trabalho, estabilidade do emprego e distribuição preferentemente igualitária da renda e poderes, com serviços públicos organizados nas áreas de saúde e educação (Lipietz, 1994b:288).

A discussão sobre a transição do fordismo a outro modelo de desenvolvimento segue aberta. Os sintomas desta situação de transição são detectados nas mudanças em direção às ‘novas tecnologias da informação’, formas mais flexíveis e descentralizadas do processo trabalhista e da organização do trabalho; declínio da antiga base industrial e crescimento de indústrias ‘nascentes’ baseadas na informática, contratação externa ou subcontratação de determinadas funções e serviços; maior atenção na seleção e diferenciação do produto; à comercialização, embalagem e desenho, à ‘objetivação’ dos consumidores segundo seus estilos de vida, gostos e cultura, e não às categorias de classe social; expansão dos trabalhadores de serviços e não manuais e ‘feminização’ da população ativa; uma economia dominada pelas multinacionais, com sua nova divisão internacional do trabalho e sua maior autonomia com respeito ao controle do Estado-nação, e ‘globalização’ dos novos mercados financeiros, ligados pela revolução das comunicações (Koc, 1994:66).

Estes sintomas, no entanto, não configuram um novo modelo de desenvolvimento nos termos tratados nesta exposição, na medida em que as novas vias de administração da produção e da organização do trabalho não conseguem, todavia, fazer a produção mundial entrar na era da concorrência pela qualidade, a era dos produtos especificados e de fabricação por lotes (Coriat, 1993c).

Na atualidade, as economias dos países industrializados atravessam uma situação de ‘crise’ na interpretação gramsciana do termo, ou seja, uma situação na qual o velho já não serve mais o novo ainda não nasceu. Uma crise que apresenta seus aspectos econômicos tradicionais e novos elementos como a ‘crise ecológica planetária’, que alerta para os limites dos modelos produtivistas e suas responsabilidades pelos problemas ecológicos atuais, o que estimula as propostas de modelos de desenvolvimento sustentável, isto é, ecologicamente responsáveis (Lipietz, 1993; Lipietz, 1994a; Lipietz, 1995b; Lipietz, 1995c).

Os países desenvolvidos buscam um novo modelo que comporte novas relações sociais, principalmente uma nova relação capital-trabalho assalariado, um novo compromisso social desenvolvendo a cooperação intra e interempresas, um novo modo de regulação estável e eficaz, suscetível de substituir o modelo fordista. A maior parte das instituições nacionais e os métodos de gestão pública e privada estão

obsoletos, ao mesmo tempo em que não há instituições internacionais compatíveis com as novas condições da produção mundializada, capazes de construir novos modos de regulação à escala internacional. Os anos noventa são testemunhos do debate sobre a emergência de um novo paradigma de desenvolvimento que corresponde a uma transformação do sistema produtivo, adaptando-se às novas necessidades saídas da crise de acumulação. Este é o novo campo de intervenção das contribuições regulacionistas.

## **BIBLIOGRAFIA**

- AGLIETTA, Michel (1993) **Regulación y crisis del capitalismo: la experiencia de los Estados Unidos**, Madrid: Siglo XXI
- AGLIETTA, Michel (1994) **École de la régulation et critique de la raison économique**, Paris: Ed. l'Harmattan
- ALBARRACÍN, Jesus (1994) **La economía de mercado**, Madrid: Ed. Trotta
- BOCCARA, Paul (1995) Aperçu sur la théorie de la régulation systémique, In **Actuel Marx**, n.17, pp. 49-58, Paris: PUF
- BOYER, R. e PETIT, P. (1981) Crisis y políticas económicas en la Comunidad Económica Europea: el caso de Francia, In **Información Comercial Española**,

(sept.), Madrid: MCT

BOYER, Robert (1986) Relación salarial, crecimiento y crisis: una dialéctica oculta, In BOYER, R. (org.) **La flexibilidad del trabajo en Europa**, Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social

BOYER, Robert (1986) Convergencias y peculiaridades nacionales, In BOYER, R. (org.) **La flexibilidad del trabajo en Europa**, Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social

BOYER, Robert (1992a) **La teoría de la regulación: un análisis crítico**, Valencia: Ed. Alfons el Magnànim

BOYER, Robert (1992b) Alternativas ao fordismo: uma análise provisória, in **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº35, Coimbra.

BOYER, Robert e DURAND, Jean-Pierre (1993) **L'après-fordisme**, Paris:Ed. Syros

BOYER, Robert (1994a) Las alternativas al fordismo, In LIPIETZ, Alain e BENKO, Georges (orgs.) **Las regiones que ganan. Distritos y redes. Los nuevos paradigmas de la geografía económica**. Valencia:Ed. Alfons el Magnànim

BOYER, Robert (1994b) Nuevas tecnologías y empleo en los ochenta, In FINKEL, L. (org.) **La organización social del trabajo**, Madrid:Ed. Pirámide

BOYER, Robert (1995) Aux origines de la théorie de la régulation, In **Théorie de la régulation. L'état des savoirs**, Paris: Ed. La Découverte

BOYER, Robert (1996) Austeridad salarial y/o impulso educativo: el dilema francés, in **Revista de Economía y Sociología del Trabajo**, nº27-28, Madrid

BOYER, Robert e FREYSSINET, Michel (1996) Emergencia de nuevos modelos industriales, in **Revista Sociología del Trabajo**, nº27, Madrid

BOWLES, Samuel, GORDON, David e WEISSKOPF, Thomas (1989) **La economía del despilfarro**, Madrid:Alianza Editorial

BOWLES, Samuel e EDWARDS, Richard (1990) **Introducción a la economía: competencia, autoritarismo y cambio en las economías capitalistas**, Madrid:Alianza Editorial

BOWLES, Samuel, GORDON, D. e WEISSKOPF, T. (1992) **Tras la economía del despilfarro. Una economía democrática para el año 2000**, Madrid:Alianza Editorial

COBAN, Allan (1995) La régulation et l'école radical américaine, in BOYER, R. y SAILLARD, Y. (orgs.) **Théorie de la régulation, l'état des savoirs**, Paris: La Découverte

CORIAT, Benjamin (1985) **La robótica**, Madrid: Ed. Revolución

CORIAT, Benjamin (1989) Diferenciación y segmentación de la fuerza de trabajo en

- las industrias de proceso, in **Revista Sociología del Trabajo**, nº8, Madrid
- CORIAT, Benjamin (1993a) **El taller y el cronómetro**, Madrid: Ed. Siglo XXI
- CORIAT, Benjamin (1993b) **Pensar al revés. Trabajo y organización en la empresa japonesa**, Madrid: Ed. Siglo XXI
- CORIAT, Benjamin (1993c) **El taller y el robot. Ensayos sobre el fordismo y la producción en masa en la era de la electrónica**, Madrid: Ed. Siglo XXI
- CORIAT, Benjamin (1994) La Théorie de la Régulation. Origines, specificités et perspectives, In AGLIETTA, M. (org.). **École de la régulation et Critique de la raison économique**, Paris: Ed L'Harmattan
- DE BERNIS, G. (1981) Las firmas transnacionales y la crisis, In AGLIETTA, Michel et al (orgs.) **Rupturas de un sistema económico**, Madrid: Ed. Blume
- GAIGNETTE, A. e NIEDDU, M. (1996) Une lecture d'économie industrielle des approches régulationnistes en agriculture et en agro-alimentaire, In **Économies et Sociétés**, Série R, nº6, Paris
- GLICK M. e BRENNER, R. (1991) The regulation approach: theory and history, in **New Left Review**, n.188, Londres
- HAUSMANN, Robert e OMINAMI, Carlos (1985) Crisis e internacionalización. De la ruptura de la acumulación intensiva en el centro a la heterogeneización de la periferia, In **El Trimestre Económico**, vol.52, nº206, México
- JESSOP, B. (1990) Regulation theories in retrospect and prospect, in **Economy and Society**, 19(2), Londres
- KOC, Mustafa (1994) La globalización como discurso, In BONANNO, A. (org.) **Globalización del sector agrícola y alimentario**, Madrid: MAPA
- KOTZ, D.M. (1990) A comparative analysis of the theory of regulation and the social structure of accumulation theory, In **Science and Society**, n.1, Londres
- LEBORGNE, Danièle e LIPIETZ, Alain (1991) **Idées fausses et questions ouvertes de l'après-fordisme**, Cahiers du Cepremap, nº9103, Paris
- LEBORGNE, Danièle e LIPIETZ, Alain (1994) Flexibilidad ofensiva, flexibilidad defensiva, in BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain (orgs.) **Las regiones que ganan. Distritos y redes. Los nuevos paradigmas de la geografía económica**, Valencia: Ed. Alfons el Magnànim
- LIPIETZ, Alain (1979) **El Capital y su espacio**, Mexico: Ed. Siglo XXI
- LIPIETZ, Alain (1992) Una economía a reconstruir, In BARRERE, Martine (org.) **Tierra, patrimonio comun**, Barcelona: Ed. Paidós
- LIPIETZ, Alain (1993) Exigencias antiguas, esperanzas nuevas, In **Mientras Tanto**, nº32, Barcelona

- LIPIETZ, Alain (1994a) Las negociaciones ecológicas globales: la apuesta Norte-Sur, in **Revista Ecología Política**, nº8, Barcelona:FUHEM-CIP
- LIPIETZ, Alain (1994b) Evoluciones y alternativas: esperanzas del post-fordismo, In MONEREO, Manuel (coord.) **Ideas para otro desarrollo**, Madrid:Ediciones FIM
- LIPIETZ, Alain (1995a) El mundo del postfordismo, In **Revista Nuestra Bandera/Utopías**, nº 166, Madrid
- LIPIETZ, Alain (1995b) **Un développement écologiquement soutenable serait-il impossible?** Ed. Contemporânea, Portugal
- LIPIETZ, Alain (1995c) Ecología política y movimiento obrero: similitudes y diferencias, In **Revista de Occidente**, nº167 (abril), Madrid
- LIPIETZ, Alain e DURAND, Maxime (1995) La reducción del tiempo de trabajo y la compensación salarial, In **Revista Viento Sur**, nº19, ene-feb, Madrid
- NEFFA, Julio César (1993) Transformaciones del proceso de trabajo y de la relación salarial en el marco de un nuevo paradigma productivo. Sus repercusiones sobre la acción sindical, In **Sociología del Trabajo**, nº74, Madrid:Ed.Siglo XXI
- RUZZA, Renato di (1993) La notion des normes dans les théories de la régulation, In **Économies et Sociétés**, n.11, pp.7-20, Grenoble